

prisão preventiva

@beatriznamiestudies

Art. 311 → Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a **PRISÃO PREVENTIVA** decretada pelo juiz, a requerimento do MP, do querelante ou do assistente, ou pelo representante da autoridade policial.

↳ **atenção:** juiz não pode mais decretar **DE OFÍCIO**, mas pode de ofício: **revogar** → se faltar motivo
substituir → se sobrevierem motivos

Art. 312 → A prisão preventiva poderá ser decretada com garantia de ordem pública, de ordem econômica, para conveniência da instrução criminal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo Estado de liberdade do imputado.

Art. 313 → **NÃO SERÁ ADMITIDA** a decretação com a finalidade de antecipação de cumprimento de pena ou com decorrência imediata de investigação criminal ou da representação ou recebimento da denúncia.

Art. 315 → **NOVIDADE**

decisão	{	decretar	{	PRISÃO PREVENTIVA
		substituir		
		denegar		

→ **Sempre de forma motivada e fundamentada**

§ 1º - na motivação o juiz **DEVERÁ** indicar concretamente a existência de fatos novos que justifiquem aplicação da medida.

§ 2º - **NÃO SE CONSIDERA** fundamentada a decisão judicial que:
I - limitar-se à indicação / reprodução do ato normativo, sem explicar relação com a causa.

— ♥ — ♥ —

II- empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem especificar o motivo.

@beatriznamiestudies ♥

III- invocar motivos que justificam ~~indeterminados~~ outras decisões

IV- não enfrentar todos os argumentos capazes de informar conclusão.

V- limitar-se a invocar precedente ou enunciado de súmula/ sem indicar fundamentos.

VI- deixar de seguir enunciado de súmula ou jurisprudência/ precedente invocado pela parte.

art. 316 → o juiz pode de ofício ou a pedido, revogar a prisão preventiva se verificar a falta de motivo, bem como decretá-la novamente se sobrevierem as razões.

↳ decretada, deve-se revisar a necessidade de sua manutenção a cada dois 90 dias.